


EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO: O PERIÓDICO *ASTRÉA* LÊ A GUERRA DA CISPLATINA (1826-1828)

FABÍULA PAULO DE FREITAS MANHÃES* 
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO -
 VITÓRIA- ESPÍRITO SANTO - BRASIL

RESUMO

Este artigo analisa a mobilização do tema da Guerra da Cisplatina pelo periódico *Astréa* entre 1826 e 1828. O impresso, de autoria de José Joaquim Vieira Souto e Antônio José do Amaral, foi publicado no Rio de Janeiro a partir de junho de 1826 e realizou amplo acompanhamento do conflito no Sul da América, expressando prognósticos, questionamentos e, sobretudo, críticas ao seu andamento. Pretende-se, dessa forma, examinar os argumentos utilizados pelos redatores do jornal ao se referirem à pugna. A metodologia analítica empregada é o Contextualismo Linguístico, que pressupõe a necessidade de se conhecer profundamente o contexto de produção de um texto para se acessar exitosamente seus significados. Concluiu-se que a imprensa periódica fluminense foi espaço vital para a publicização da luta pela Cisplatina, sendo *Astréa* um dos mais expressivos partícipes desse debate.

Palavras-chave: *Astréa*; Guerra da Cisplatina; imprensa periódica.

ABSTRACT

This article analyzes the mobilization of the theme of the Cisplatine War by the periodical *Astréa* between 1826 and 1828. The publication, authored by José Joaquim Vieira Souto and Antonio José do Amaral, was released in Rio de Janeiro starting from June 1826 and closely followed the conflict in the Southern Americas, expressing predictions, inquiries, and above all, critiques of its progression. The aim is to examine the arguments used by the newspaper's editors when referring to the dispute. The employed analytical methodology is Linguistic Contextualism, which assumes the necessity of deeply understanding the production context of a text to successfully access its meanings. It was concluded that the Fluminense periodic press was a vital space for the publicity of the struggle for Cisplatina, with *Astréa* being one of the most significant participants in this debate.

Keywords: *Astréa*; Cisplatine War; periodical press.

RESUMEN

Este artículo analiza la movilización del tema de la Guerra de la Cisplatina por el periódico *Astréa* entre 1826 y 1828. La publicación, escrita por José Joaquim Vieira Souto y Anotnio José do Amaral, fue lanzada en Río de Janeiro a partir de junio de 1826 y siguió de cerca el conflicto en el Sur de América, expresando pronósticos, preguntas y, sobre todo, críticas a su desarrollo. El objetivo es examinar los argumentos utilizados por los editores del periódico al referirse al conflicto. La metodología analítica empleada es el Contextualismo Lingüístico, que presupone la necesidad de comprender profundamente el contexto de producción de un texto para acceder exitosamente a sus significados. Se concluyó que la prensa periódica fluminense fue un espacio vital para la difusión de la lucha por la Cisplatina, siendo *Astréa* uno de los participantes más destacados en este debate.

Palabras clave: *Astréa*; Guerra de la Cisplatina; prensa periódica.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
 Email: fabuila.freitas99@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os sujeitos que vivenciaram o Primeiro Reinado brasileiro encontravam-se envoltos por profundas mutações e novidades. A tônica do momento era a construção de um novo Estado nacional. Havia demandas por edificação de instituições e aparato político que dessem forma ao recém-nascido corpo político. Tais transformações foram acompanhadas, também, por grande instabilidade e fluidez. Ao mesmo passo em que uma ordem inédita buscava vias para se consolidar, reedições de realidades anteriores eram operadas. Havia disputas em torno da modelagem política e administrativa que o Império do Brasil deveria seguir, bem como contestações às ações e diretrizes emanadas pelo governo de D. Pedro I.¹

Nesse cenário, os espaços públicos, como as ruas, os cafés e as bibliotecas², desempenharam função essencial. A imprensa, especialmente, foi não apenas uma mera observadora dos processos que se desenrolavam, mas uma verdadeira participante de todos eles. A difusão de panfletos, folhetos, jornais e revistas, em realidade, foi uma expressão da Modernidade política: a opinião pública intervinha constantemente na vida social e nas decisões tomadas no âmbito da polis. Como nos ensinou Reinhart Koselleck, a crítica foi elemento basilar para o desmonte do Antigo Regime. Colocava-se em xeque, assim, a antiga prática do "segredo de Estado" e inaugurava-se a lei da "moral civil", que, por si só, passou a funcionar como um poder público imbuído de notório efeito político³. No mundo ibero-americano, esse momento de transição foi permeado por renovações conceituais importantes, bem como pela revitalização das redes discursivas. É necessário pontuar, todavia, que ao enumerarmos tais mutações, não podemos passar ao largo das continuidades. Muitos conceitos, tópicos e símbolos preexistentes foram ressignificados e utilizados de maneiras múltiplas por diferentes atores históricos. Cabe ao historiador descrever e problematizar tais utilizações⁴.

¹ RIBEIRO, G. S.; PEREIRA, V. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, K.; SALLES, R (orgs.). *O Brasil imperial: 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. vol. 1, cap 4, p. 139-173.

² GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. Introducción. In: GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. *et al. Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 5-21.

³ KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999. p. 55.

⁴ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. Las revoluciones hispánicas. Conceptos, metáforas y mitos. In: CHARTIER, R.; DARNTON, R (orgs.). *La Revolución Francesa: ¿Matriz de las revoluciones?*. México, DF: Universidad Iberoamericana, 2010. vol. 1, cap. 5, p. 131-225. p. 137-140.

O espaço luso-americano participou de tal concerto tanto à sua própria maneira, quanto similarmente a outros, como o hispano-americano. As invasões de Napoleão Bonaparte à Península Ibérica, perpetradas a partir de 1807, foram um ponto nevrálgico nas trajetórias históricas de portugueses e espanhóis. Enquanto os últimos depararam-se com a vacância do trono após as abdições forçadas de Carlos IV e Fernando VII em Baiona, os primeiros tiveram de conviver com a transferência da sede do poder para a colônia americana. A partir de então, o Brasil assumiria papel de centralidade no império luso. No que concerne à configuração de espaços públicos nessa região, tais acontecimentos foram fulcrais, haja vista que, ao desembarcar com sua corte em terras brasílicas, o então regente D. João trouxe consigo a imprensa régia. A consolidação de uma opinião pública de verve crítica e moderna no então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, todavia, é creditada ao contexto da Revolução Constitucionalista do Porto (1820). Com ela, a liberdade de imprensa foi legalmente declarada e um boom periodístico foi registrado nas duas bandas do Atlântico⁵.

As problemáticas que abordamos neste artigo são detectadas no cenário supracitado. Referimo-nos à Guerra da Cisplatina e às suas ressonâncias pelos espaços públicos da província do Rio de Janeiro – ou Corte fluminense. O conflito em questão foi deflagrado em dezembro de 1825, num já conturbado ambiente. A Confederação do Equador (1824) acabara de ser derrotada pelas tropas de D. Pedro; antes disso, em 1823, a Assembleia Constituinte fora encerrada de modo controverso pelo imperador. Entretanto, como um olho que tudo enxerga, a imprensa observava e efetivamente participava de todos esses eventos. Partindo de tais premissas, objetivamos compreender como um impresso específico, o periódico *Astréa*, examinou, prognosticou e mobilizou o tema da luta pela província Cisplatina. O jornal foi publicado entre os anos de 1826 e 1832, no Rio de Janeiro, tendo como redatores José Joaquim Vieira Souto e Antônio José do Amaral. Tais figuras desempenharam papéis importantes na vida política da Corte, tendo atuado como deputados na segunda legislatura.

Para a consecução de nossos objetivos, lançamos mão da metodologia do Contextualismo Linguístico. Como indicado pelo próprio nome, tal método, sistematizado principalmente por Quentin Skinner e John Pocock, atesta a necessidade de conhecimento e

⁵ MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 237-239.

diálogo, por parte do pesquisador, com o contexto de publicação da obra estudada. Busca-se, portanto, compreender o que havia por trás das argumentações forjadas pelos escritores, rastreando suas intenções pessoais, políticas e os conflitos por eles vivenciados⁶.

UM OLHAR SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CORTE ENTRE 1824 E 1826

É reconhecida pela historiografia a efervescente produção de impressos que atravessou os anos iniciais da década de 1820 no Brasil. Durante a Revolução do Porto, mencionada acima, e ao longo do processo de Independência, uma profusão de sujeitos encontrou na palavra pública um veículo para exposição de suas ideias e para a concreta participação nas tomadas de decisões. Nesse cenário, principalmente entre os cruciais anos de 1821 e 1823, a linguagem política do constitucionalismo era dominante. Buscava-se, sobretudo, divulgar e legitimar a nova ordem política desejada, cuja pedra de toque era a constituição. Para cumprir tais objetivos, os jornais lançaram mão de discursos emotivos e empreenderam verdadeiros duelos escritos que tinham como pano de fundo um ambiente caracterizado pela transitoriedade e pelas incertezas acerca do futuro. Dessa forma, é sensível a configuração de uma crise no campo da linguagem que se exprimiu como causa e, ao mesmo tempo, reflexo do delicado momento vivenciado.⁷

Essa situação, entretanto, sofreria alguns revezes logo em seguida. Algumas das razões para isso foram as divergências e debates surgidos entre os envolvidos com a Assembleia Constituinte, cujas atividades tiveram início em maio de 1823. Nesse congresso, manifestaram-se tendências e vontades políticas das mais distintas, o que, por si só, já era suficiente para a instalação de profundas discordâncias. Essas, todavia, foram acrescidas das contestações do próprio D. Pedro I, que, em 1822, ao convocar a Constituinte, já deixava claro que ela deveria ser digna não somente do Brasil, mas de sua pessoa.⁸ Havia, portanto, conflitos em torno da

⁶ SKINNER, Q. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 15. Ver também SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁷ REIS, A. F. *Emoção e patriotismo nos jornais da Independência (1821-1823)*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. p. 25.

⁸ MANSUR, J. P. “Com a minha espada, defenderia a Constituição se fosse digna do Brasil e de mim!” Leviaã, Argos e liberais na Assembleia Constituinte de 1823. *Almanack*, São Paulo, n. 32, p. 1-33, 2022. p. 14. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/11182> Acesso em: 25 ago. 2023.

soberania e de quem ou qual seria seu receptáculo primordial. Rugas aparentemente superficiais canalizavam agendas políticas urgentes e relevantes. É notória, por exemplo, a briga sobre o posicionamento do trono do Imperador: deveria estar acima ou no mesmo nível que o assento do presidente da Assembleia? A depender da decisão tomada, a horizontalidade entre os poderes Legislativo e Executivo poderia ser reforçada ou rechaçada. Após alguns meses, em novembro de 1823, a Constituinte foi encerrada pelo próprio Imperador numa atitude que reiterava sua autoridade na nova estrutura político-administrativa.⁹

Para nossos objetivos, entender os conflitos engendrados durante a Constituinte de 1823 é substancial, pois os espaços públicos do Rio de Janeiro foram impactados por esses acontecimentos. Em realidade, antes mesmo do fechamento já se instalara a perseguição aos críticos do governo imperial, sendo destacada a ação de José Bonifácio de Andrada. O ministro, em fins de 1822, instaurou uma devassa – nome então concedido a um tipo de investigação criminal – que tinha como principais alvos os redatores de jornais considerados liberais. Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, escritores do icônico *Revérbero: Constitucional Fluminense*, foram perseguidos e exilados nesse contexto. Ao longo de 1823, o espancamento de Luiz Augusto May, autor do jornal *A Malagueta*, comprovava a delicada situação em que se encontravam redatores que ousassem questionar as diretrizes do governo.¹⁰ Essa era uma amostra, também, de que as agressões não se limitavam à troca de insultos na imprensa, tendo muitas vezes alcançado dimensões físicas.¹¹ A repressão materializou-se: apenas oito jornais de cunho político circulavam pelo Rio em 1823.¹²

No ano seguinte ocorreu a Confederação do Equador. Tal evento foi mais uma ilustração da fragilidade política e administrativa que pairava sob o Império brasileiro. Em linhas gerais, a Confederação pode ser compreendida como uma mostra das insatisfações de setores sociais com o poder centralizado que se consolidava no Rio de Janeiro. Para além das querelas entre o

⁹ FLORINDO, G. M. Entre a autoridade do monarca e o poder local: rupturas e continuidades na Assembleia Constituinte de 1823. *Revista Ágora*, Vitória, v. 31, n. 1, p. 1-19, 2020. p. 16. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/29147>. Acesso em: 25 ago. 2023.

¹⁰ REIS, A. F. “Anarquistas” e “servis”: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. p. 36-37.

¹¹ Cf. LUSTOSA, I. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹² REIS, 2016, p. 36.

Executivo e Legislativo, como registrado na Constituinte, havia tendências autonomistas das províncias e contestações às ordens emanadas pela Corte.¹³ As movimentações dos deputados constituintes, inclusive, fomentaram o descontentamento dos federalistas do Norte.¹⁴ A supressão das forças confederadas foi realizada pelo governo pedrino em tons violentos. Os impressos, por seu turno, tiveram função substancial nesse momento. No jornal *Desengano aos Brasileiros*, publicado por João Soares Lisboa – redator do *Correio do Rio de Janeiro* – em Recife no decurso da Confederação, era divulgada uma gama de críticas ao comando de D. Pedro e aos procedimentos de seus ministros. Ademais, o redator rechaçava a Constituição de 1824, sistematizada e outorgada pelo monarca e seus conselheiros. Soares Lisboa seria morto logo em seguida. Sua atuação, apesar de particular por ter sido violentamente interrompida, era típica de homens letrados que se engajaram em lutas políticas e debates nos espaços públicos.¹⁵ Assim como Lisboa, outros sujeitos seriam exilados, perseguidos e assassinados por se envolverem com a luta dos confederados. Delineava-se, desse modo, uma atmosfera de coibição às tendências oposicionistas.

Os reflexos sobre a produção de impressos foram profundos. Em 1824, na Corte, os áulicos¹⁶ assumiam o protagonismo na opinião pública. Folhas como *O Spectador Brasileiro*, de autoria do francês Pierre Plancher, dominavam a imprensa fluminense com suas defesas ardorosas do poder pedrino, adotando linguagem que posicionava o imperador no centro da dinâmica política brasileira. A atuação de tais homens de letras¹⁷ foi indispensável para a governabilidade de Pedro naquela época.¹⁸ No ano seguinte a situação persistiria. Vozes dissonantes não eram ouvidas e, paralelamente, processos políticos importantes ocorriam. O

¹³ MELLO, E. C. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 12.

¹⁴ MELLO, 2014, p. 143.

¹⁵ FERREIRA, P. B. C. A história da independência do Brasil desenganada e as memórias sobre a Confederação do Equador na trajetória de João Soares Lisboa. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/41869> Acesso em: 26 ago. 2023.

¹⁶ Sobre os áulicos no Primeiro Reinado, cf. MARQUES JÚNIOR, N. F. *O despertar do Império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

¹⁷ CANO, J. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

¹⁸ REIS, 2016, p. 21-22.

reconhecimento da Independência por nações estrangeiras era meta visada pelo governo central, que obtinha êxito. Desde 1822, importantes passos foram dados nessa direção, haja vista as declarações de reconhecimento pelas Províncias Unidas do Rio da Prata (1822), pelos Estados Unidos da América (1823) e por Portugal, em 1825.

Com as informações acima discutidas pretendemos explanar as condições que abrigaram o estourar da Guerra da Cisplatina. A imprensa, como vimos, encontrava-se em fase de retração, sendo o “comando” da opinião pública exercido por redatores intimamente ligados aos circuitos cortesãos. Entretanto, o novo Estado nacional buscava sua ratificação tanto interna quanto externa. A Confederação do Equador trazia notícias da débil interligação entre os entes do corpo político que se intentava formar. Com o fechamento da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824, D. Pedro afirmava sua pouca tolerância para com os críticos. Por outro lado, os reconhecimentos internacionais da Independência conferiam substância ao *status* soberano e autônomo do Brasil, ainda que outras dificuldades existissem. A luta pela Cisplatina não era uma novidade nesse contexto, tendo sido esse um objeto de disputas muito anterior à existência do Brasil emancipado. O panorama descortinado no pós-Independência, contudo, reuniu uma série de pressupostos que favoreceram a empresa bélica de D. Pedro.

A guerra foi oficialmente declarada em 10 de dezembro de 1825. O ato de incorporação realizado pelo Congresso Constituinte das Províncias do Prata meses antes, que declarava a Província Cisplatina/Oriental como parte daquele conjunto à revelia das decisões do Império, foi o estopim para a inauguração da beligerância. De maneira curiosa, no dia 9 de dezembro veio à luz a primeira edição do impresso intitulado *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*. Sua natureza ficava em algum lugar entre um jornal e um panfleto. Não apresentava, como os jornais da época, divisão em seções de conteúdo. Por outro lado, diferentemente dos panfletos ou livretos, que geralmente saíam em edições únicas com maior número de páginas¹⁹, *Triumpho* contou com 14 edições de quatro páginas cada, produzidas entre dezembro de 1825 e janeiro de 1826. A folha tinha como único escopo a apologia da participação brasileira na guerra pela Cisplatina. O redator, José da Silva Lisboa, barão e futuro visconde de Cairu, era personagem conhecida no circuito político brasílico desde os tempos

¹⁹ Para mais informações sobre a definição de panfleto, cf. CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. vol 1. p. 12.

joaninos. Era próximo do antigo monarca e permaneceu fiel à dinastia bragantina após a emancipação, tendo sido responsável pela escrita de importantes obras memorialísticas e históricas sobre Brasil e Portugal.²⁰ As argumentações de Silva Lisboa no *Triumpho* calcavam a legitimidade da guerra em alguns pilares discursivos, tais como as fronteiras naturais do Brasil, a honra imperial e a concepção da Cisplatina como herança legada pela mãe-pátria, Portugal, à “filha”.²¹

O periódico de Cairu somava-se à dominação áulica dos espaços públicos da Corte. O jornal traçou uma defesa hermética²² do envolvimento brasileiro com a luta armada no Sul, haja vista que não desferia quaisquer críticas ao comando militar do conflito ou às motivações do Império. Pelo contrário, o governo de Buenos Aires era responsabilizado pelo esgotamento da via diplomática e retratado como bárbaro e anárquico. A argumentação urdida no *Triumpho*, entretanto, seria abalada pelo surgimento, entre fevereiro e março de 1826, de dois novos jornais: *Atalaia da Liberdade*, redigido pelo português João Maria da Costa, e *O Verdadeiro Liberal*, de autoria do militar francês Pierre Chapuis. Similarmente a Cairu, Costa e Chapuis apoiavam o intento brasileiro; suas bases discursivas, todavia, eram radicalmente diferentes daquelas empregadas pelo áulico. *Atalaia* e *O Verdadeiro Liberal* foram árdios questionadores da organização e condução da esquadra imperial no Sul. Os redatores apontavam o Almirante Rodrigo Lobo como responsável pelas derrotas sofridas pelo Brasil, como na batalha de Sarandi, e desconfiavam do fraco avanço das tropas. Numa marcação drástica de suas divergências com o *Triumpho*, os periódicos compreendiam a Cisplatina como território conquistado pelo Brasil enquanto ente soberano e autônomo, esquivando-se de qualquer ligação com a história lusitana.

²⁰ Destacam-se a *Memória dos benefícios políticos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*, publicada pela Imprensa Régia e encomendada pelo próprio D. João, em 1818, e, posteriormente, a coletânea *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil dedicada ao Senhor D. Pedro I*, de 1826. Para mais detalhes sobre a trajetória pessoal e política de José da Silva Lisboa, ver KIRSCHNER, T. C. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2008.

²¹ *Triumpho*, *Atalaia da Liberdade*, *O Verdadeiro Liberal* e *A Aurora Fluminense* foram investigados em nossa dissertação de Mestrado. Cf. MANHÃES, F. P. F.. *O soldado e a pena: um estudo sobre as repercussões da Guerra da Cisplatina na imprensa fluminense (1825-1828)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

²² MANHÃES, 2023, p. 88.

O cerne das queixas emitidas por *Atalaia* e *O Verdadeiro Liberal* era a dubiedade de notícias acerca do campo de batalha, quando não sua ausência completa. Os redatores externalizavam uma demanda tipicamente oitocentista, isto é, a urgência pela publicização das ações tomadas pelo governo, o que demonstrava a configuração de uma concepção moderna de opinião pública em solo brasileiro. Entendia-se, logo, que o “tribunal da opinião pública” deveria julgar os atos políticos e a administração exercida pelo poder central.²³ No decurso da Guerra da Cisplatina, as reclamações dos poucos escritores públicos acerca da carência de informações foi frequente e polêmica. Os jornais de Chapuis e João Maria, após tratarem de uma série de assuntos candentes, como a abolição da escravatura e a simpatia com as revoluções hispano-americanas, foram encerrados e os redatores seguiram para o exílio. Suas atuações foram, ao fim e ao cabo, de extrema importância para a abertura de um espaço de crítica na imprensa fluminense, crítica essa que, ao longo dos próximos anos, concentrar-se-ia na guerra do Sul.

O SURGIMENTO DE *ASTRÉA* E O DESENVOLVER DA GUERRA DA CISPLATINA

A saída de cena dos periódicos *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal* deu-se pouco antes da reabertura dos trabalhos legislativos na Corte. A Assembleia Geral reuniu-se em uma sessão preparatória no dia 26 de abril de 1826. Em 17 de junho veio à luz a edição inaugural de *Astréa*, cuja redação era feita por José Joaquim Vieira Souto e Antônio José do Amaral²⁴. O jornal foi fundado em um cenário de reflorescimento da atividade impressa no Rio de Janeiro. Para que tal transformação fosse operada, segundo a historiografia, o retorno da Assembleia foi

²³ MOREL, M.; BARROS, M. M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 30-31.

²⁴ Cumpre, aqui, realizarmos uma advertência. Alguns textos de *Astréa*, especificamente nas edições de número 59 e 215, são assinadas por um certo João Clemente Vieira Souto. As poucas informações sobre um indivíduo com tal nome foram por nós encontradas na tese de Doutorado de Vantuil Pereira. O autor analisou uma representação enviada por Vieira Souto ao Congresso em 1823, na qual requeria um posto de trabalho na secretaria da instituição. Ainda segundo as pesquisas de Pereira, João Clemente seria egresso da Academia Militar Imperial e teria servido por nove anos no Regimento de Cavalaria da Corte. Sobre sua formação acadêmica, afirmava ter estudos em gramática latina, filosofia racional e moral e retórica. Nenhum dado que ligue tal sujeito a *Astréa* foi rastreado. Seguimos em busca de maiores pistas. Cf. PEREIRA, V. “*Ao Soberano Congresso*”: petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – Os direitos do cidadão na formação do Estado imperial brasileiro (1822-1831). 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 304.

crucial. Não somente a publicação de impressos foi incrementada, mas também alinhou-se uma legítima oposição pública ao governo de D. Pedro I.²⁵ *Astréa*, ao lado de folhas como *A Aurora Fluminense* e *O Repúblico*, participaria ativamente da frente de combate ao centro de poder. Tal movimentação no âmbito público é reconhecida como alicerce do colapso e da posterior queda do governo pedrino, cujo desfecho dramático foi a Abdicação, em abril de 1831.²⁶

Sobre os redatores, encontramos informações biográficas no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, compêndio organizado e publicado por Augusto Sacramento Blake entre 1883 e 1903. Os dados sobre José Joaquim Vieira Souto são parcos. Sabe-se que nasceu no Rio de Janeiro no final dos Setecentos e que seu filho, também nomeado José Joaquim, seguiu seus passos como escritor e deputado.²⁷ Já Antônio José do Amaral, nascido em 1782 e também natural do Rio, foi seminarista e, posteriormente, formou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra em 1807. Atuando no corpo de engenheiros, chegou ao posto de major. Lecionou na academia militar a partir de 1811 e jubizou-se em 1836. Mesmo com suas indisposições com D. Pedro I, Amaral foi indicado para ensinar os herdeiros bragantinos.²⁸ Além de *Astréa*, encarregou-se da redação de impressos como *O Simplício*. Chama atenção, na descrição de *Astréa*, que Blake enfatize seu caráter “moderado” e sua linguagem “polida e comedida”, ainda

²⁵ Cf. SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 114; NUNES, T. T. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 70.

²⁶ SOUZA, I. L. F. S. C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 336.

²⁷ BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898. vol. 4. p. 502. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681> Acesso em: 2 fev. 2024. Ao longo da pesquisa, encontramos menções a um José Joaquim Vieira Souto em documentos manuscritos provenientes de Ouro Preto, Minas Gerais. Tratava-se de um recibo, uma guia de pagamentos e um comunicado com ordens de pagamento de soldos a José Joaquim Vieira Souto “no trabalho de mineração do outro”. Os documentos são datados entre 1814 e 1821 e podem ser consultados no site da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Não podemos afirmar se era ou não o mesmo homem que redigiu *Astréa*, tendo em conta que somente sabemos que seu local de nascimento foi o Rio de Janeiro. Não havendo maiores dados profissionais acerca de Vieira Souto, também não dispomos de meio para averiguar se trabalhou ou não com a mineração. Disponível em: <https://bdib.bn.gov.br/acervo/browse?value=Souto,%20Jose%20Joaquim%20Vieira&type=subject> Acesso em: 2 fev. 2024.

²⁸ BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. vol. 1. p. 208-209. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681> Acesso em: 2 fev. 2024.

que se tratasse de um jornal de oposição e que um de seus redatores, Amaral, fosse “muito devotado às ideias republicanas”.²⁹

Os temas abordados por *Astréa* eram múltiplos. Passando pelos debates parlamentares, pela reprodução de notícias estrangeiras e pela inserção das correspondências dos leitores, o periódico dedicou-se a distintos aspectos da vida social, seguindo linguagem de cunho liberal. Numa fórmula bastante comum aos discursos dos homens de letras oitocentistas, Amaral e Vieira Souto afirmavam seu comprometimento com a justiça, com o bem comum e com o culto da virtude. O próprio título escolhido, *Astréa*, dava indícios de seus objetivos, afinal de contas, esse era o nome da divindade grega que personificava a justiça. Em relação à Guerra da Cisplatina, o jornal levaria algum tempo para apresentar informações acerca de seu progresso. Apenas na décima sexta edição pode-se encontrar a primeira referência ao conflito. Os redatores reproduziam, *en passant*, uma notícia sobre caixões em que múmias egípcias eram transportadas, mas que, devido ao bloqueio em Montevideu, não puderam seguir viagem.³⁰ Apesar da trivialidade de tal passagem, podemos utilizá-la como representante do padrão que *Astréa* seguiria ao noticiar a guerra no Sul. Nos referimos às grandes e irregulares lacunas entre uma publicação e outra.

Em algumas ocasiões, o periódico chegou a publicar séries de mais de 15 números desprovidos de qualquer novidade sobre o campo de batalha. Tal constatação se configura, para os pesquisadores, enquanto problema. O que explicaria tal escassez de informes? Na décima nona edição, um correspondente exibiu desconfiança quanto à questão.

Será verdade que já partiram para o Exército do Sul os dois infelizes Mineiros, que um Coronel daquela Província, sem mais processo, entregou ao Comandante das Armas, como revoltosos, e que este Tenente General, fez meter em gargalheira, descer a esta Corte onde foram agasalhados em uma Fortaleza? [...] Nada de conjecturas que podem ofender; mas também nada de silêncio sobre casos que se devem conhecer. Quem souber a verdade do que se pergunta, comunique-a, ao menos para tranquilidade dos incrédulos, e deste que se assina o *Amigo da Constituição*.³¹

²⁹ BLAKE, 1898, p. 502; BLAKE, 1893, p. 208.

³⁰ *Astréa*, n. 16, 29 de julho de 1826.

³¹ *Astréa*, n. 19, 5 de agosto de 1826. Grifos originais.

Percebe-se, desse modo, que uma espessa névoa cobria as repercussões públicas da Guerra da Cisplatina. Como exposto alhures, os periódicos circulantes anteriormente à reabertura da Assembleia já demonstravam tal preocupação. Com o passar dos meses e os novos rumos seguidos pelo conflito, a aura de dúvidas e suspeitas persistiria, conquanto a imprensa vivenciasse uma fase de reavivamento e considerável liberdade. A partir disso, levantamos algumas perguntas. Seriam suficientes para a explicação da carestia de notícias as dificuldades logísticas e materiais provocadas pelo cenário de guerra *per se*? Poderíamos estar diante de um caso de omissão deliberada? Ou, por que não, uma mescla de ambas as possibilidades seria nossa resposta? É fato que as comunicações no período aqui examinado eram lentas e dificultosas. Em dado momento, *Astréa* divulgou uma série de documentos relacionados à gestão militar do Almirante Rodrigo Lobo. Com datação original de 25 de maio, o material foi publicado pelo jornal fluminense quase três meses depois, na edição de 8 de agosto.³²

É notável, portanto, a ingerência dos empecilhos concretos, como os bloqueios aos portos e as grandes distâncias. Contudo, ao buscarmos descortinar as intencionalidades e tramas de interesses subjacentes aos discursos da imprensa, devemos problematizar até mesmo os aspectos mais evidentes. Afinal, poderíamos aventar a hipótese de os redatores levarem algum tempo para propagar certas informações. Os autores factualmente escolhiam o que diriam ou não, bem como o momento mais apropriado para se pronunciarem, sendo essa uma regra importante nos “jogos” das linguagens.³³ Seguindo as discussões voltadas ao contexto político do Primeiro Reinado, compreendemos que as primeiras edições de *Astréa* circularam num momento de testagem da autoridade do poder Legislativo. Além disso, as experiências do fechamento da Constituinte de 1823 e da derrota da Confederação do Equador explicitavam a linha de atuação cada vez mais autoritária assumida pelo Imperador – postura denominada por Lúcia Bastos como “absolutista ilustrada”.³⁴ Nesse sentido, pode-se considerar que os redatores

³² *Astréa*, n. 21, 8 de agosto de 1826.

³³ PAGDEN, A. Introduction. In: PAGDEN, A (ed.). *Languages of political theory in early-modern Europe*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. vol. 1, p. 1-19. p. 2.

³⁴ NEVES, L. M. B. P. das. Absolutismo ou ilustração? D. Pedro I enquanto político. In: KERN, A. A (org). *Sociedades ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. vol. 1, cap. 16, p. 251-276. p. 276.

de *Astréa* buscaram, ao menos em um primeiro momento, reconhecer o terreno em que atuariam.

Ao longo do ano de 1826, os artigos referentes à Guerra da Cisplatina seguiriam algumas premissas temáticas. Voltavam-se para tópicos como o processo sofrido pelo Almirante Lobo, a dimensão humana do conflito e, principalmente, a demanda por informações. Tais falas, todavia, apresentavam tonalidade amena. Em termos amplos, constatamos que, até meados de 1827, como explicaremos a seguir, os escritores de *Astréa* se furtaram à expressão de críticas incisivas ao andamento da pugna. Pouparam, sobretudo, a figura do Imperador, reservando suas censuras aos ministros de Estado e aos comandantes militares. É interessante pontuar que as discussões acerca da guerra, embora abarcassem dimensões variadas, eram sempre imbuídas da preocupação com a avaliação da opinião pública e a transparência dos atos governamentais. A consternação com as mortes dos soldados – ou com o estado de saúde gravíssimo que apresentavam ao retornarem do Sul – é ilustrativa. Numa carta escrita sob o pseudônimo de *O Botecudo*, encontramos a descrição física dos recrutas cearenses. Segundo o correspondente, os homens tinham seus corpos repletos de “bexigas” e com “medonho aspecto”. Na mesma edição, a correspondência de *Um amigo do Estudante* apelava ao monarca.

Quão ansiosamente não desejei, Sr. Redator, encontrar na vizinhança o Nosso Anjo Tutelar, S. M. O Imperador, para reverente e humildemente suplicar-lhe, em nome da Humanidade, e da Justiça, que Fosse Presenciar a maneira por que são tratados, e recompensados, os Seus fiéis Súditos, arrancados a seus lares com o mais iníquo despotismo!!! [...] E pois convenha dar a maior publicidade a tudo quanto sabe a despotismo, ficar-lhe-ei sumamente grato, Sr. Redator, dignando-se inserir estas linhas em a sua interessante Folha.³⁵

Tal fala é uma amostra da crescente insatisfação da sociedade fluminense com a continuidade da guerra. Essa seria, também, uma característica da trama argumentativa de *Astréa* que pretendemos interpretar nas próximas páginas: o destaque para as consequências sociais e econômicas do conflito. Com isso, não afirmamos que os jornais anteriores não apresentavam tais questionamentos; todavia, nos periódicos posteriores à volta da Assembleia, atuantes em um cenário de maior vigor da opinião pública, tais denúncias mostraram-se ainda

³⁵ *Astréa*, n. 22, 12 de agosto de 1826.

mais urgentes e categóricas. Nesse discurso, a defesa da honra imperial ou das fronteiras naturais do Império, como fez José da Silva Lisboa em seu *Triumpho da Legitimidade*, encontrava pouca ou nenhuma adesão.

Outra manifestação da importância concedida pelo público à beligerância é verificada em meio aos longos textos concernentes ao processo e à prisão do Almirante Rodrigo Lobo. Nesse momento, o antigo líder da Esquadra Nacional estava preso na Ilha das Cobras e aguardava os trâmites judiciais. O mando militar de Lobo foi alvo de questionamento tanto por contemporâneos quanto pela posteridade. David Carneiro, historiador e engenheiro civil de importante atuação intelectual no século XX, apresentou uma série de reprovações à conduta do Almirante. Apoiando-se em vasta documentação, Carneiro afirmava que faltava “iniciativa” e sobrava “indecisão” nas decisões tomadas por Lobo, o que lhe fez perder importantes oportunidades de avanço para as tropas brasileiras.³⁶ O militar transpareceu, em carta publicada por *Astréa*, ter consciência da reprovação pública de suas estratégias. Em seu entender, seu encarceramento seria motivado pela urgência em “aplacar o povo, que se acha irritado, e furioso contra mim”.³⁷ As confusões em torno do conflito no Sul repercutiam pelos espaços públicos de tal forma que se tornou imperiosa a instalação de um conselho de guerra encarregado de fiscalizar e responsabilizar comandantes militares. A proposta aclara, também, a relevância do Legislativo naquele contexto, haja vista que a Câmara dos Deputados assumiu a tarefa de instituir o conselho.³⁸

Ainda sobre as correspondências do Almirante Lobo, é pertinente notar seu conhecimento acerca dos impressos que circulavam no Rio de Janeiro e dos conteúdos propagados. O comandante acusava João Maria da Costa, redator de *Atalaia da Liberdade*, de espalhar rumores de um suposto esquema de corrupção envolvendo as autoridades bonaerenses e o comando-em-chefe brasileiro.³⁹ Os discursos de João Maria e Chapuis, embora não tenham logrado continuidade, ecoaram de modo retumbante. Em *Astréa*, o nome de João Maria e de

³⁶ CARNEIRO, D. *História da Guerra Cisplatina*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1946. p. 184.

³⁷ *Astréa*, n. 21, 8 de agosto de 1826.

³⁸ PEREIRA, A. P. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo vs. Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas de Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 193.

³⁹ *Astréa*, n. 21, 8 de agosto de 1826.

seu antigo jornal seriam citados frequentemente. Uma das explicações para isso é a radical mudança na postura política do redator que, de crítico liberal e abolicionista, passou a ferrenho áulico. Costa se encarregou, a partir de maio de 1827, da redação do jornal *Gazeta do Brasil*, folha combativa que tinha como alvo principal a Câmara. Sua redação era financiada pelo gabinete de D. Pedro – que, em dadas ocasiões, tinha seus próprios textos publicados pelo jornal.⁴⁰ Nesse sentido, embates públicos foram travados entre os jornais por diversas vezes.

Interessantemente, na fase amena das críticas de *Astréa* à Guerra da Cisplatina, os periódicos *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal* eram lembrados em chave negativa. Uma correspondência inserida no número 34 responsabilizava os jornais por caluniarem a Esquadra Nacional. Nesse momento, a apologia da honra imperial ainda surgia como elemento discursivo.

Como entende este péssimo Redator ser útil ao Brasil, se quando trata da guerra do Sul dá por paus e por pedras, sem respeito à hierarquia, sem respeito à verdade, fazendo assim esfriar o mais sagrado da opinião pública. Não precisamos que este Redator nos diga (o que talvez fosse contrafeito) que o Brasil não teme o resultado desta guerra, e que a glória apronta louros a seus Militares; porém ainda pode ser perdermos um combate por isso que a sorte deles pende de muitos casos.⁴¹

A preocupação com a imagem de um Império forte, legítimo e honrado, como mencionamos alhures, surgiu poucas vezes nas páginas de *Astréa*. É necessário, entretanto, que ressaltemos os momentos em que tal tópico foi levantado, pois compreendemos que, embora não tão impactante quanto se via no *Triumpho*, a imagem do Brasil ainda era objeto de reflexão. Podemos asseverar, portanto, que ecos da linguagem urdida por Silva Lisboa em sua folha áulica podem ser constatados nos textos de *Astréa*. Por outro lado, as constantes denúncias contra a gestão do conflito armado e as reclamações sobre escassez de notícias reforçam certa linha de continuidade entre a linguagem do jornal de Vieira Souto e Amaral e as das folhas *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. Nota-se, desse modo, que embora houvesse discordâncias entre os escritores públicos, não podemos tomá-las como operações de exclusão mútua entre linguagens. Pelo contrário, é premente que lhes enxerguemos como peças em um

⁴⁰ SODRÉ, 1966, p. 114-115.

⁴¹ *Astréa*, n. 34, 12 de setembro de 1826.

tabuleiro discursivo vasto e complexo, no qual distintos atos de fala interagiam entre si, repelindo-se ou acolhendo-se.⁴²

O comportamento dos redatores frente aos desastrosos movimentos das tropas brasílicas, todavia, sofreria importantes mutações com o avanço das publicações. Paulatinamente, o tom das críticas seria elevado. Em dada ocasião, o jornal apresentou, pela primeira vez, questionamentos diretos ao Imperador. Conquanto em timbre amigável, a indagação demarcava um ponto de inflexão importante não somente para *Astréa*, mas para a imprensa fluminense como um todo. A partir dali o monarca também estaria no centro dos embates impressos. Nesse caso, os redatores alertavam D. Pedro sobre o suposto excesso de proteção que ele concedia a seus ministros. Segundo o que se argumentava, a “inviolabilidade” do Imperador não deveria ser utilizada para retirar desses funcionários a responsabilidade por suas ações equivocadas, sendo apontada, inclusive, “inconstitucionalidade” nessa movimentação.⁴³ Estava em voga, naquele contexto, o debate acerca da responsabilização dos ministros, que seria convertido em lei aprovada pela Câmara dos Deputados em 1827.⁴⁴

As interações entre a imprensa e o Parlamento teriam centralidade no cenário aqui investigado. Esse foi um amparo vital para o funcionamento do debate impresso, haja vista que o Legislativo se incumbiria de mediar as relações entre os sujeitos que interagiam nos espaços públicos. Os problemas jurídicos que *Astréa* enfrentaria, especialmente a partir de 1827, exemplificam esse importante diálogo entre a opinião pública e a política institucional. A primeira notícia sobre processos enfrentados pelo jornal surgiu na edição 59. Conforme os promotores, os redatores teriam desobedecido a liberdade de imprensa ao infringirem o artigo 6º da lei de 2 de outubro de 1823⁴⁵.

⁴² POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 33-34.

⁴³ *Astréa*, n. 38, 21 de setembro de 1826.

⁴⁴ PEREIRA, 2012, p. 192.

⁴⁵ Tal decreto, embora previsse que nenhum impresso seria censurado antes ou depois de sua publicação, limitava os conteúdos e a liberdade de imprensa. Várias penas, como prisão, multa e exílio, eram esperadas para os indivíduos que descumissem as normas estipuladas. Além disso, quando da abertura da Assembleia Geral em 1826, o decreto passou pelo escrutínio da Comissão de Legislação e Justiça Civil e Criminal e da Promotoria Fiscal dos Abusos da Liberdade de Imprensa, precisamente por conta de seu texto um tanto quanto dúbio. João José da Veiga, o mesmo conselheiro que denunciou *Astréa* no caso aqui relatado, encarregou-se de conduzir a promotoria e apresentou uma série de indagações ao decreto. Como bem apontado por Daniel Afonso da Silva, tal tópico jurídico foi alvo de acalorados debates e questionamentos durante o Primeiro Reinado. SILVA, D. A. A duras e

O mencionado artigo previa sanção de “degredo para uma das Províncias mais remotas” e multa de 800\$ réis para aquele que abusasse da liberdade de imprensa e excitasse os povos “diretamente à rebelião”. A lei ainda prometia punir com a metade da supracitada pena os que estimulassem desordens “por meios indiretos, fazendo alegorias, espalhando desconfianças, ou praticando outros semelhantes atos”.⁴⁶ Nos números seguintes, é esclarecido que o jornal foi absolvido das acusações, sem maiores explicações sobre qual conteúdo teria incomodado as autoridades.⁴⁷ Posteriormente, *Astréa* apresentou ao público os litígios judiciais vividos por Sr. Rancé, identificado como redator do jornal *Constitucional Brasileiro*. O motivo para o processo de Rancé seria um texto no qual, dentre outras temáticas, era abordada a possibilidade de o Brasil sofrer uma derrota na guerra pela Cisplatina.⁴⁸

A partir da observação dos problemas de *Astréa* com a justiça, defendemos a hipótese de que os processos foram, com efeito, estímulos ao recrudescimento da tonalidade crítica dos textos. Isso porque, no recorte temporal aqui estudado, as denúncias contra o jornal não redundaram em prisão, tampouco em suspensão de suas atividades ou recolhimento das edições já publicadas. Ao longo do ano de 1827, a linguagem cada vez mais inflamada dos redatores fluminenses alvejava as turbulências socioeconômicas resultantes da guerra no Sul. Entre tais assuntos, o curso – guerra secundária travada no mar – ganhava destaque. No que toca aos corsários, foram inseridas no jornal cartas de comerciantes fluminenses cujos negócios foram afligidos pelos bloqueios navais.⁴⁹ Para além disso, indícios da existência de esquemas de corrupção envolvendo os partícipes da guerra eram publicizados. Na edição 97, era apresentado o caso de um navio dinamarquês ilegalmente aprisionado pelas tropas brasileiras e levado a Montevideú, onde seus tripulantes foram retirados e forçados a servir na Esquadra.⁵⁰ Embora

pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 55-69, 2009. p. 56-57.

⁴⁶ BRASIL. *Legislação Brasileira*, ou coleção cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brasil, desde o ano de 1808 até 1831 inclusive, contendo: além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas, coligidas pelo conselheiro José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp, 1838. p. 136.

⁴⁷ *Astréa*, n. 63, 18 de novembro de 1826.

⁴⁸ *Astréa*, n. 70, 5 de dezembro de 1826.

⁴⁹ *Astréa*, n. 107, 8 de março de 1827.

⁵⁰ *Astréa*, n. 97, 13 de fevereiro de 1827.

as práticas ilegais fossem corriqueiras no cenário de guerra⁵¹, é relevante notar o desenvolvimento desse tema por *Astréa*, tendo em consideração que não foi explorado nos periódicos anteriores.

Nos meses seguintes, adentrando o ano de 1828, que marcou o encerramento da Guerra da Cisplatina – por meio da Convenção Preliminar de Paz, de 27 de agosto –, *Astréa* prosseguiria com suas denúncias e desconfianças. O retrato do conflito possuía marcas de insegurança, temor e indignação. Um correspondente de codinome *O Constitucional do Sul*, ao relatar as dificuldades econômicas que a guerra promovia sobre a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, asseverava que, naquela região, tudo se resumia a “atribulação”, “perda”, “desassossego” e “desordem”.⁵² Ademais, a demanda por notícias ainda era colocada, mas pouco atendida. Paralelamente, delineava-se a compreensão de que as falas críticas e negativas acerca da guerra poderiam gerar consequências públicas prejudiciais. Essa concepção era reiterada pelo próprio Imperador. Em uma fala proferida na Assembleia Geral, D. Pedro era contundente em classificar como “disfarçados monstros” aqueles que divergissem de suas decisões quanto à condução dos negócios do Império. Sobre a luta armada, o monarca lançava mão dos argumentos da integridade territorial e da honra da nação, pontuando que suspenderia a beligerância somente quando a Cisplatina estivesse “livre de tais invasores”.⁵³

Constatamos, desse modo, que as repercussões da Guerra da Cisplatina pelos espaços públicos da Corte ligavam-se à querela em torno da própria liberdade de imprensa. Uma correspondência inserida em *Astréa* solidificava tal convicção. Nela, o autor tecia indagações aos rumos tomados pelo Brasil no campo de batalha. Logo em seguida, indicava que provavelmente se arrependeria de sua fala, porque “hoje em dia tudo anda virado, e muitos Lords me tratarão sem o menor escrúpulo, de republicano, impostor ou outro qualquer epíteto”.⁵⁴ É notável, portanto, que a imprensa do Rio de Janeiro converteu-se em *locus* do conflito no Sul. Havia disputas de narrativas no que concernia à legitimidade da guerra, bem

⁵¹ LUFT, M. V. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 197-198.

⁵² *Astréa*, n. 130, 1 de maio de 1827.

⁵³ *Astréa*, n. 134, 10 de maio de 1827.

⁵⁴ *Astréa*, n. 133, 8 de maio de 1827.

como às suas consequências imediatas e futuras para o Império brasileiro. As intervenções de *Astréa* no debate seriam complementadas, a partir de dezembro de 1827, pelo periódico *Aurora Fluminense*. A dupla de impressos consolidaria a oposição pública à continuidade da Guerra da Cisplatina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as discussões realizadas neste artigo, buscamos, ainda que de maneira breve, reforçar a importância da pesquisa em fontes da imprensa oitocentista. No caso aqui explorado, averiguamos as maneiras pelas quais os homens de letras mobilizaram um tema específico. O periódico *Astréa* localizou a Guerra da Cisplatina não somente como uma grave ameaça às finanças e ao estado político do Império brasileiro, mas a posicionou, sobretudo, como um indicador das condições e possibilidades de operação da opinião pública no Primeiro Reinado. Embora, inicialmente, o periódico tenha se resguardado quanto à emissão de críticas severas ao progresso do conflito militar, a articulação da oposição impressa ao governo imperial e a instalação definitiva do Legislativo propiciaram um ambiente frutífero para os enfrentamentos, fossem entre os próprios escritores ou entre esses e as autoridades. O tratamento dado pelos impressos à luta pela Província Cisplatina, tonifica, destarte, a percepção do surgimento e afirmação de uma opinião pública moderna no Rio de Janeiro.

Não podemos, contudo, passar ao largo das experiências vividas pelos redatores de jornais anteriores ao contexto acima descrito. Tais sujeitos desempenharam suas práticas políticas em um cenário profundamente distinto, cujas marcas essenciais foram a perseguição à oposição e o receio às consequências desse tipo de manifestação. É possível compreender, assim, que o tom ameno adotado por *Astréa* em seus primeiros meses de existência é legatário desse passado recente. Não é surpreendente que os redatores temessem punições como prisão, exílio e, até mesmo, agressões corporais. Dessa forma, observamos as interações entre as linguagens políticas urdidas por tais atores históricos, bem como seus combates e concordâncias em contextos de imensa transitoriedade no âmbito da política. A Guerra da Cisplatina, quando encerrada, deixou um rastro de abalo econômico e social. Suas repercussões políticas contribuíram para a queda do Imperador, em 1831. Do início ao fim, a imprensa comportou-se intencional e criticamente diante de tal acontecimento. Empunhando suas penas ao modo de espadas, os redatores encenaram uma genuína guerra discursiva.

REFERÊNCIAS

FONTES

Astréa. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1826-1832. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749700&pasta=ano%20182&pesq=> Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. *Legislação Brasileira*, ou coleção cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, etc., etc., do Império do Brasil, desde o ano de 1808 até 1831 inclusive, contendo: além do que se acha publicado nas melhores coleções, para mais de duas mil peças inéditas, coligidas pelo conselheiro José Paulo de Figueirôa Nabuco Araújo. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp, 1838.

OBRAS GERAIS

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. vol. 1. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681> Acesso em: 2 fev. 2024.

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1898. vol. 4. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681> Acesso em: 2 fev. 2024.

CANO, J. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CARNEIRO, D. *História da Guerra Cisplatina*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1946.

CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. vol 1.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. Las revoluciones hispánicas. Conceptos, metáforas y mitos. In: CHARTIER, R.; DARNTON, R (orgs.). *La Revolución Francesa: ¿Matriz de las revoluciones?*. México, DF: Universidad Iberoamericana, 2010. Vol. 1, cap. 5, p. 131-225.

FERREIRA, P. B. C. A história da independência do Brasil desenganada e as memórias sobre a Confederação do Equador na trajetória de João Soares Lisboa. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/41869> Acesso em: 26 ago. 2023.

FLORINDO, G. M. Entre a autoridade do monarca e o poder local: rupturas e continuidades na Assembleia Constituinte de 1823. *Revista Ágora*, Vitória, v. 31, n. 1, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/29147> Acesso em: 25 ago. 2023.

GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. Introdução. In: GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. *et al. Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX.* México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 5-21.

KIRSCHNER, T. C. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro.* São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2008.

KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.* Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LUFT, M. V. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LUSTOSA, I. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823).* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANHÃES, F. P. F. *O soldado e a pena: um estudo sobre as repercussões da Guerra da Cisplatina na imprensa fluminense (1825-1828).* 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

MANSUR, J. P. “Com a minha espada, defenderia a Constituição se fosse digna do Brasil e de mim!” Leviatã, Argos e liberalismos na Assembleia Constituinte de 1823. *Almanack*, São Paulo, n. 32, p. 1-33, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/11182> Acesso em: 25 ago. 2023.

MARQUES JÚNIOR, N. F. *O despertar do Império independente: áulicos e a formação de um projeto de brasil na Corte fluminense (1822-1831).* 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MELLO, E. C. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824.* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840).* Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOREL, M.; BARROS, M. M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, L. M. B. P. das. Absolutismo ou ilustração? D. Pedro I enquanto político. In: KERN, A. A (org). *Sociedades ibero-americanas: reflexões e pesquisas recentes.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. vol. 1, cap. 16, p. 251-276.

NUNES, T. T. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840).* 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PAGDEN, A. Introduction. In: PAGDEN, A (ed.). *Languages of political theory in early-modern Europe*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. vol. 1, p. 1-19.

PEREIRA, A. P. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo vs. Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PEREIRA, V. “*Ao Soberano Congresso*”: petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – Os direitos do cidadão na formação do Estado imperial brasileiro (1822-1831). 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

REIS, A. F. “*Anarquistas*” e “*servis*”: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

REIS, A. F. *Emoção e patriotismo nos jornais da Independência (1821-1823)*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

RIBEIRO, G. S.; PEREIRA, V. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, K.; SALLES, R (orgs.). *O Brasil imperial: 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. vol. 1, cap 4, p. 139-173.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Q. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SILVA, D. A. A duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 55-69, 2009.

SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, I. L. F. S. C. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Recebido em: 31/08/2023 – Aprovado em: 28/03/2024